



UNIVERSIDADE ESTADUAL DAPARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUCIANA GARCIA DE SOUZA

**TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DA PRÁTICA
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS
PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE - PB**

CAMPINA GRANDE - PB
2014

LUCIANA GARCIA DE SOUZA

**TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DA PRÁTICA
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS
PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito para obtenção do
título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Mônica Barros da Nóbrega

CAMPINA GRANDE - PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S719t Souza, Luciana Garcia de

Terceiro setor e serviço social [manuscrito] : tendências da prática profissional do assistente social na associação de apoio aos portadores de câncer esperança e vida, no município de Campina Grande - PB / Luciana Garcia de Souza. - 2014.

56 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega, Departamento de Serviço Social".

1. Terceiro setor. 2. Serviço social. 3. Prática profissional I.

Título.

21. ed. CDD 361.25

LUCIANA GARCIA DE SOUZA

**TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DA PRÁTICA
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS
PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito para obtenção do
título de bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 20 de março de 2014

Nota: 10

BANCA EXAMINADORA

Mônica Barros da Nóbrega

Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega
Orientadora

Maria Noalda Ramalho

Prof.^a Dr.^a Maria Noalda Ramalho
Examinadora

Maria do Socorro Pontes de Souza

Prof.^a Ms. Maria do Socorro Pontes de Souza
Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais, **Luzia e Antônio**, que não mediram esforços para ver o meu sonho se concretizar; aos meus **irmãos**, que sempre torceram por mim; ao meu esposo, **Bráulio**, pela compreensão, apoio e motivação e à memória da minha avó **Severina**.

AGRADECIMENTOS

- ✓ À Deus, que me deu força e coragem pra seguir em frente;
- ✓ À minha família pela motivação, apoio e participação ativa e decisiva na concretização do meu sonho;
- ✓ Ao meu esposo, Bráulio, pelo apoio presente e pela atenção constante que me deste durante os quatro anos de curso. Obrigada por me incentivar a lutar pelos meus objetivos e por me ajudar a superar as minhas limitações;
- ✓ À minha querida professora e orientadora, Mônica Barros da Nóbrega, pelo comprometimento, dedicação e rica contribuição na realização deste trabalho;
- ✓ À Socorro Pontes e a Maria Noalda por terem aceitado o convite em fazer parte da minha banca examinadora. Obrigada pelas frutíferas contribuições e pela generosidade de compartilhar comigo os seus conhecimentos e experiências;
- ✓ Às minhas colegas de curso pelos momentos que vivenciamos, sempre compartilhando conhecimentos e experiências de vida. Agradeço a todas, em especial, a Eliane, Magliana, Marne, Magnólia e Luanna pela cumplicidade e amizade, o que me motivou a continuar a caminhada;
- ✓ Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação profissional. Muito obrigada!

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Sexo.....	28
Gráfico 02 - Faixa etária.....	29
Gráfico 03 - Estado civil.....	29
Gráfico 04 - Nível de escolaridade.....	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA GÊNESE DO TERCEIRO SETOR ..	12
2.1 Crise estrutural do capital	12
2.2 As inflexões da crise estrutural do capital no Brasil	15
3 TERCEIRO SETOR ENQUANTO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	18
3.1 Considerações sobre o terceiro setor	18
3.2 O papel das Organizações Não Governamentais (ONG's) no contexto da crise estrutural do capital e o Serviço Social	20
4 TENDÊNCIAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA	24
4.1 Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida: espaço sócio ocupacional do assistente social	24
4.2 Perfil socioeconômico dos entrevistados	26
4.3 Tendências da prática profissional do assistente social em destaque	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES.....	48
ANEXOS.....	52

TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB

Luciana Garcia de Souza*

RESUMO

O trabalho ora apresentado trata das tendências da prática profissional do assistente social no terceiro setor, a partir dos resultados de uma pesquisa realizada na Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida, no município de Campina Grande-PB. Pesquisa esta que buscou desvendar as demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais, na tentativa de identificar a que demandas tais respostas estão priorizando, ou seja, as do capital ou do trabalho. Entendendo que a realidade somente poderá ser apreendida numa perspectiva de totalidade, consideramos nesse processo, além das determinações estrutural e conjuntural, a presença do sujeito protagonista dessa prática profissional. Metodologicamente foi priorizada a realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem quanti-qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos a entrevista do tipo semiestruturada com um roteiro previamente estabelecido, o diário de campo e o gravador. A amostra foi composta por 01 assistente social e 16 usuários (as). A análise dos dados foi realizada através de sucessivas aproximações, tomando como fundamentação teórico-metodológica o método crítico dialético. A partir dos dados coletados, foi possível constatar que no espaço sócio ocupacional do terceiro setor a tendência predominante é de que o assistente social, simultaneamente e contraditoriamente, vem atendendo as demandas do capital, bem como as demandas mais imediatas da classe trabalhadora. O assistente social vivencia as tendências mais gerais do mercado de trabalho, ou seja, vivencia e enfrenta, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Serviço Social. Prática Profissional

* Acadêmica de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: lucianagarcia_pb@hotmail.com

ABSTRACT

This paper is about the tendencies of the professional practice of social workers in the third sector, based on the results of a survey conducted at the Association for the Support of Patients with Cancer Hope and Life, in Campina Grande in the state of Paraíba, Brazil. This research aimed to uncover the demands posed by Social Service and professional responses in an attempt to identify the demands that such responses are prioritizing, capital or labor. By understanding that the reality can only be understood in a perspective of totality, we consider this process, in addition to structural and economic determinations, the presence of the main subject of this professional practice. Methodologically was prioritized the performance of the bibliographic, documental and field research, approach with quantitative and qualitative. As instruments of data collection the semistructured interview type with a prescribed script, the field diary and the recorder. The sample was composed by 01 social worker and 16 users. The data analysis was performed by successive approximations, taking as theoretical and methodological foundation the dialectical critical method. From the data collected, it was found that the socio-occupational space of the third sector the predominant trend is that the social worker, simultaneously and contradictorily, has been attending the demands of capital, as well as the most immediate demands of the working class. The social worker lives the wider trends in the labor market, in other words, experiences and faces, at the same time, the expressions of exploitation and domination of the capital over labor.

Keywords:Third Sector. Social Service. Professional Practice.

1 INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital, final dos anos 1960 e início dos anos 1970, determinou uma reorganização no processo produtivo, culminando com a redefinição do papel do Estado e suas relações com o mercado e a sociedade civil. Tal processo, implicou em transformações societárias e em alterações no padrão de enfrentamento da “questão social”¹. É neste contexto, que o terceiro setor emerge como um fenômeno contemporâneo que assume funções que eram de responsabilidade do Estado, sendo compelido a responder à conjuntura de enxugamento aferida, pelo capital, as políticas sociais.

Desse modo, o terceiro setor surge como um instrumento funcional ao projeto neoliberal que preconiza a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, favorecendo a criação de um novo espaço sócio ocupacional para as diversas profissões, dentre elas, o Serviço Social.

Na atualidade o espaço sócio ocupacional de atuação do/a assistente social e as suas condições de trabalho vem, gradativamente, sendo afetadas pela dinâmica de reestruturação do capital, a qual determina o surgimento de novas demandas – estas “a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes” (MOTA; AMARAL, 2000, p. 25) – exigindo respostas profissionais qualificadas, norteadas pelos valores e princípios do Código de Ética profissional, o qual “[...] coroa o processo de construção do projeto ético-político profissional” (NETTO, 1999, p. 104).

Nesta perspectiva, o presente estudo tem por objetivo tratar das tendências da prática profissional do assistente social no terceiro setor, a partir dos resultados de uma pesquisa realizada na Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida, cujo objetivo principal foi analisar as demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais implementadas pela assistente social, na tentativa de identificar a quais demandas tais respostas estão atendendo, as do capital ou as do trabalho.

¹Netto (2007, p. 17 apud CERQUEIRA FILHO) diz que “por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e o trabalho”.

A Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida, configura-se como uma Organização Não Governamental(ONG), sem fins lucrativos. Situa-sena Rua Antônio Campos, nº 382 no bairro Alto Branco, na cidade de Campina Grande-PB. Tem por finalidade promover assistência social aos portadores de neoplasia maligna (câncer), oferecendo apoio emocional e material, visando suprir as necessidades básicas como gêneros alimentícios, suplementos alimentares, exames e consultas médicas, dentre outros, na perspectiva de proporcionar uma melhor qualidade de vida a seus usuários (as).

A aproximação com tal temática se deu através da nossa participação no Estágio Supervisionado em Serviço Social na referida Associação, no período de 2012 a 2013. A partir da observação participante e de conversas informais com a assistente social nos sentimos motivadas a problematizar as demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais dadas pelo assistente social inserido em instituições que compõem o terceiro setor, na tentativa de identificar a quais demandas tais respostas estão atendendo, as do capital ou as do trabalho.

Para a realização da pesquisa elegemos o método crítico-dialético, por entendermos que este é o único capaz de apreender o movimento do objeto estudado em sua totalidade histórica. No que concerne ao tipo de pesquisa, optamos pela bibliográfica, documental e de campo, com abordagem quanti-qualitativa. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista do tipo semiestruturada com um roteiro previamente estabelecido(ver apêndice A e B), o diário de campo e o gravador. A análise dos dados foi realizada através de sucessivas aproximações.

A amostra foi composta por uma assistente social e dezesseis usuários (as), abrangendo 20% do universo pesquisado.Os critérios de inclusão utilizados foram a participação e assiduidade nas atividades desenvolvidas na Associação, bem como serem adultos de ambos os sexos e com maior tempo de cadastro na referida Associação. Com relação a assistente social, esta é a única profissional da área que compõe o quadro de funcionários.

A referida pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), obtendo aprovação em setembro de 2013, conforme documentosapresentados em anexos.

A relevância deste estudo está no fato de que poderá trazer à tona aspectos importantes para a análise da prática profissional do assistente social, em um novo espaço sócio ocupacional, no denominado terceiro setor.

Os resultados deste percurso investigativo foram condensados neste trabalho, que está distribuído em três capítulos.

No primeiro, a incursão analítica voltou-se para os fundamentos sócio-históricos da gênese do terceiro setor, ressaltando a crise contemporânea do regime de acumulação capitalista e as suas expressões no Brasil.

No segundo capítulo, a análise centrou-se na emergência e desenvolvimento do terceiro setor, com destaque para o papel das ONGs e a inserção do Serviço Social nesse setor.

No terceiro e último capítulo caracterizamos a Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida, lócus do estudo e traçamos um breve perfil dos sujeitos que participaram da pesquisa. Em seguida, a partir do desvendamento das demandas e respostas profissionais identificamos quais as necessidades que estão sendo priorizadas, se do capital ou do trabalho. Para finalizar apresentamos as nossas considerações finais.

A ideia central desenvolvida, fundamentada nos resultados da pesquisa realizada, é de que no espaço sócio ocupacional do terceiro setor a tendência predominante é que o assistente social, simultaneamente e contraditoriamente, vem atendendo as demandas do capital, bem como as demandas mais imediatas da classe trabalhadora. O assistente social vivencia nesse espaço laboral as tendências mais gerais do mercado de trabalho, ou seja, vivencia e enfrenta, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho.

2 FUNDAMENTOS SÓCIO–HISTÓRICOS DA GÊNESE DO TERCEIRO SETOR

2.1 Crise estrutural do capital

O capitalismo, no decorrer da sua história, vem apresentando fases de desenvolvimento econômico, bem como períodos de recessões, de crises. Segundo Netto e Braz (2009, p. 157), “a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”.

Assim, a conjuntura mundial dos anos de 1929-1932 foi marcada por mais uma crise econômica do capital, denominada de Grande Depressão. Tal crise originou falência de empresas, desemprego em escala nunca vista e pauperismo.

De acordo com Teixeira (1996, p. 211):

A Grande Depressão joga nas ruas milhares de trabalhadores no mundo todo. Falências de empresas se seguem em uma cadeia sucessiva, arrastando na sua esteira grandes blocos de capitais. As prateleiras abarrotadas de mercadorias faziam os preços despencarem em uma velocidade aterrorizante para seus proprietários, que viam, da noite para o dia, seu capital virar fumaça. As próprias instituições políticas da sociedade viam-se ameaçadas na sua existência, pondo em risco a própria sobrevivência do sistema. Parecia que o capitalismo estava chegando ao fim e com ele todas as teorias e ideologias liberais.

Em resposta a esse quadro de depressão, o capitalismo viu-se obrigado a adotar algumas medidas com vistas a restabelecer o desenvolvimento econômico. A saída encontrada, portanto, teve como fundamento as ideias propostas por Keynes, nas quais se sobressaia a defesa da forte intervenção do Estado na economia, o qual deveria assumir um papel de produtor e regulador das relações econômicas e sociais. Bem como o pacto fordista que tinha como base um sistema de produção em massa, voltado para um consumo de massa, constituindo-se como um padrão de acumulação do capital.

Conforme Behring e Boschetti (2011, p. 86):

Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas.

O binômio Keynesianismo-fordismo alcançou seu ápice após a Segunda Guerra Mundial, quando, sob a égide dos Estados Unidos da América, constituiu a base de sustentação para um novo ciclo de expansão do capital que ficou conhecido como os “anos dourados”. Durante esse período, de acelerado crescimento econômico e altas taxas de lucros, ampliou-se a intervenção do Estado, abrindo espaço para um padrão de regulação social pautado no reconhecimento dos direitos sociais, dando origem a um sistema de proteção social denominado de Welfare State. Resultando de um compromisso entre o capital e o trabalho mediado pela presença do Estado, esse modelo de proteção social foi utilizado para designar as ações desenvolvidas pelo Estado na esfera econômica, política e social.

Não obstante, a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 o binômio Keynesianismo-fordismo começou a dar sinais de crise. A partir de então se iniciou uma nova crise econômica do capital que se caracteriza como uma crise de superprodução associada a “uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo” (ANTUNES, 2001, p. 32).

Crise esta que se expressou, principalmente, na queda da taxa de lucro e no colapso do padrão de acumulação fordista de produção, levando o capital a implementar um conjunto de respostas, cujo objetivo era reverter mais um quadro de recessão econômica. Assim, a saída para a crise vem sendo enfrentada através de:

[...] um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2001, p. 31).

Com tais medidas, o capital determinou intensas mudanças na esfera da produção, no mundo do trabalho e no padrão de intervenção do Estado (DUARTE, 2010) objetivando, com isso, “repor os patamares de acumulação existentes no período anterior” (ANTUNES, 2001, p. 36), ou seja, a conservação e ampliação do sistema.

Para Antunes (2001), as mudanças ocorridas no processo produtivo correspondem à substituição do modelo fordista de produção, que utilizava uma linha rígida de produção, em série e de massa, homogeneizada e verticalizada, pelo

modelo toyotista que tem na produção um processo produtivo flexível, a produção está vinculada a demanda sendo variada e heterogênea com uma estrutura horizontalizada. Este modelo articula o desenvolvimento tecnológico com a desconcentração produtiva para obter uma nova forma produtiva que atenda as exigências do mercado.

No mundo do trabalho, o mesmo autor adverte que, as mudanças dizem respeito à desregulamentação dos direitos do trabalho, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, terceirização da força humana que trabalha, principalmente, destruição do sindicalismo de classe. A isso, acrescenta-se, pois, o trabalhador polivalente, multifuncional e qualificado.

Na esfera do Estado, segundo Netto (2010, p. 16), “a mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas ‘funções legitimadoras’”. O que se preconiza é a redução do tamanho do Estado frente aos problemas sociais eximindo o capital de suas responsabilidades com as respostas às expressões da “questão social”. É nesse contexto de reorganização do capital que as ideias neoliberais ganham espaço.

O neoliberalismo se configura como um conjunto de medidas ideológicas e políticas que visa um Estado mínimo, no que se refere às políticas de proteção social e a sua intervenção na economia, “em prol de um mercado, que se constitui no melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos” (GRAVE, 2002, p. 96).

O projeto neoliberal, que se consolidou na década de 1980, é contra o Estado intervencionista e de bem-estar por considerar que este é causador dos males sociais, sendo, portanto, apresentado como um Estado ineficiente e burocrático no que se refere ao gerenciamento dos gastos sociais.

Esse cenário, marcado pela redução do tamanho do Estado frente aos direitos sociais, têm provocado consideráveis mudanças nas políticas sociais com impactos negativos para a classe trabalhadora. Tais impactos correspondem ao “aumento do desemprego, destruição de postos de trabalhos não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 127), configurando um quadro de empobrecimento da classe trabalhadora.

Portanto, a crise estrutural do capital vem repercutindo em todas as dimensões da vida social. No Brasil, em decorrência da sua inserção subalterna no sistema

capitalista mundial e, sobretudo, pelas particularidades da sua formação socioeconômica, tais repercussões assumem características próprias, o que veremos a seguir.

2.2 As inflexões da crise estrutural do capital no Brasil

As transformações societárias, acima aludidas, também se processaram no Brasil. Contudo, seu desenvolvimento se deu de forma diferenciada dos países de capitalismo central, devido à particularidade do seu processo de formação sócio histórica², bem como a sua entrada tardia no capitalismo mundial. “Daí decorre que a política social no Brasil se constitui com as marcas dessa particularidade histórica” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 71).

Diferentemente dos países de capitalismo central, com o pacto social democrático que deu origem ao welfare state, no Brasil pode-se dizer que não tivemos um Estado de Bem-Estar Social. O que tivemos, na verdade, de acordo com a concepção de Sposati (1989, p. 96 *apud* GRAVE, 2002) foi no máximo um “Estado assistencial”, que não possuía como paradigma os direitos sociais, mas um trato compensatório da pobreza, não se assentando, portanto, num pacto social e político efetivo entre Estado/capital/trabalhadores”. Ou seja, para garantir a legitimidade da burguesia industrial, fazia-se necessário conceder alguns “direitos” a classe trabalhadora, o que conferiu um caráter “compensatório, seletivo, fragmentado e setorializado da política social brasileira” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 144).

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que se consagra o pacto social democrático, o que estabeleceu conquistas sociais e trabalhistas tendo o Estado como principal agente garantidor de tais conquistas.

Na década de 1980, enquanto no contexto internacional consolidava-se a hegemonia neoliberal que questionava o Estado de Bem-Estar Social, no Brasil a situação era inversa. Nesse período, “o Brasil experimentava um pacto social democrático que se explicitou na Constituição de 1988” (ALENCAR, 2009, p. 5). Resultando das lutas gestadas pelos setores democráticos, a “Constituição Cidadã”

² Conferir BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003, que busca a contribuição de Caio Prado Jr (1991) e Florestan Fernandes (1987) para entender a formação econômica, política, social e cultural do Brasil.

contemplou avanços significativos no que se refere aos direitos individuais e sociais (artigos 5º e 6º), com destaque para a política de seguridade social que em seu art. 194 diz que “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Assim, com a Constituição Federal de 1988 tem-se, pois, a garantia da universalização dos direitos sociais pautada num padrão mais equitativo de proteção social. Não obstante, a partir da década de 1990, esse modelo de proteção social passou a ser ferozmente atacado pelo projeto neoliberal que nesse período se estabeleceu no país.

A partir de então, o Brasil integrou-se a dinâmica da mundialização do capital que, sob o avanço da perspectiva neoliberal, promoveu reformas na esfera do Estado, repercutindo no trato dado às sequelas da “questão social”e, conseqüentemente, nas políticas sociais.

De acordo com Montaño (2008, p. 36), nessa conjuntura

Inicia-se, lenta e gradualmente, o processo de reestruturação (ajuste) capitalista no Brasil. Começa-se a amadurecer a ideia de reformar o Estado, eliminando os aspectos “trabalhistas” e “sociais” já vindos do período varguista nos anos 30-60 (de desenvolvimento “industrial” e de constituição do “Estado social”), e, particularmente, esvaziando as conquistas sociais contidas na Constituição de 1988.

Sob a orientação dos postulados do Consenso de Washington³, têm início com o governo Fernando Collor(1990-1992) e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998) o processo de contrarreforma do Estado brasileiro. Com o argumento de que o Estado está em crise, sendo considerado ineficiente, burocrático e corrupto, torna-se necessário haver uma reforma do Estado que vise à superação da crise.

Tal reforma, possui como diretrizes fundamentais:

[...] a redução dos custos e racionalização do gasto público; mais agilidade e eficiência no aparelho estatal; descentralização dos serviços, transferindo do Estado para o setor privado, parte das atividades originalmente de trato público (GRAVE, 2002, p. 98).

³ “Em linhas gerais, o comumente chamado ‘Consenso de Washington’ consistiu no conjunto de medidas macroeconômicas orientado pela matriz neoliberal, voltado para todos os países, especialmente os periféricos. Nestes, a prioridade deveria consistir na estabilidade monetária, a ser alcançada pela implantação de vasto programa de equilíbrio e austeridade fiscal, reforma administrativa e violento corte nos gastos públicos” (GRAVE, 2002, p. 97).

Observa-se, na verdade, que o objetivo da reforma foi reduzir o tamanho e a atuação do Estado no que se refere aos serviços sociais, repassando para as organizações da sociedade civil e da iniciativa privada a responsabilidade de executar tais serviços, o que compromete o caráter universal das políticas sociais garantido na Constituição de 1988. Isso corresponde ao processo denominado de publicitação, que na verdade, constitui uma “denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado ‘terceiro setor’” (MONTAÑO, 2008, p. 45). Tal processo confere as políticas sociais um caráter seletivo, focalizado e descentralizado, o que contribui para a agudização das expressões da “questão social”.

Seguindo as análises de Montaña (2008, p. 48), podemos ressaltar que,

[...] o projeto político de (contra -) reforma do Estado do governo FHC persegue a desregulação (“flexibilização”) da acumulação, abrindo fronteiras, desvalorizando a força de trabalho, cancelando (total ou parcialmente) os direitos trabalhistas e sociais, desonerando o capital e desresponsabilizando-o da “questão social”.

Enfim, é no contexto de redefinição do papel do Estado e de sua omissão frente aos problemas sociais, que emerge o denominado terceiro setor, o que discutiremos no capítulo que se segue.

3 TERCEIRO SETOR ENQUANTO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

3.1 Considerações sobre o terceiro setor

O terceiro setor surge como um fenômeno contemporâneo funcional ao projeto de reestruturação do capital, no que se refere ao enfrentamento das expressões da “questão social”. Configura-se como um fenômeno polêmico que se faz mediante a análise de duas perspectivas distintas no que concerne ao seu significado. Em uma, o debate é conduzido numa perspectiva tradicional/conservadora, na outra, tem-se uma visão crítica e de totalidade.

Na perspectiva conservadora o terceiro setor é apreendido como sendo uma esfera formada pelas organizações da sociedade civil, a partir da divisão da realidade social em três setores autônomos, ou seja, o primeiro o Estado que constitui a esfera política, o segundo o mercado, representando a esfera econômica, e o terceiro a sociedade civil, simulando o social.

Tal enfoque, na visão de Montaño (2008), refere-se a uma denominação ideológica que concebe o real de forma desarticulada do processo histórico, visando encobrir as mudanças oriundas da dinâmica do capital, principalmente a que se refere ao trato da “questão social”.

Na outra perspectiva, a análise crítica pautada no princípio da totalidade, o terceiro setor se configura como um fenômeno real, que inserido num processo de reestruturação do capital, assume funções que antes eram de responsabilidade do Estado.

Assim, de acordo com Montaño (2008, p. 186):

[...] o que é chamado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da autoajuda e da ajuda mútua.

Tomando esta perspectiva como base para o nosso entendimento, concordamos com o autor acima referido, ao afirmar que o conceito de “terceiro setor” resulta inteiramente ideológico e inadequado, o que constitui uma

denominação equivocada para indicar um fenômeno real. A realidade social não está dividida em esferas autônomas - o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor) - o que, de fato, se denomina de terceiro setor representa, na verdade, um fenômeno real que deve ser considerado como ações que expressam funções a partir de valores.

Para Montaño (2008), as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de respostas às demandas sociais - que anteriormente eram de responsabilidade fundamentalmente do Estado -, a partir dos valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua, substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direitos dos serviços.

Logo, o terceiro setor constitui-se num instrumento de estratégia do capital que, através de um discurso ideológico, apresenta o Estado como sendo ineficiente e burocrático, transferindo para a sociedade civil - eficiente e democrática- a responsabilidade de, em nome da solidariedade, conferir políticas sociais aos excluídos da sociedade. Tal processo, portanto, confere um verdadeiro esvaziamento da concepção dos direitos de cidadania, o que configura um retrocesso dos direitos sociais.

No momento atual o terceiro setor vem tomando proporções cada vez maiores na sociedade civil, acompanhado por discursos ideológicos pautados nos valores de solidariedade e caridade, sendo abordado de forma equivocada como organizações mais eficientes em detrimento de um Estado burocrático, o que vem ocasionando uma maior aceitação do fenômeno. Trata-se de um discurso que obscurece o real motivo que fundamenta as transformações necessárias ao capital para manter seus padrões de acumulação.

Segundo Montaño (2008, p. 23),

O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do "terceiro setor", uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Desse modo, o terceiro setor refere-se, “a uma função social, que passa a ser desenvolvida, agora sim, por organizações da sociedade civil e empresariais, e não mais pelo Estado [...]” (MONTAÑO, 2008, p. 186).

Como entidades representativas do terceiro setor, temos: Fundações Empresariais, Instituições Filantrópicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outras.

Compreendidas numa perspectiva conservadora, tais entidades apenas compõem o conceito corriqueiro de terceiro setor como sendo organizações da sociedade civil (MONTAÑO, 2008). Porém, para o autor, agora numa perspectiva crítica e de totalidade, assumem, no contexto de reestruturação produtiva, a função estratégica no enfrentamento das expressões da “questão social” sendo, portanto, funcional ao capital.

Desta forma, ocorre que, os serviços que eram prestados pelo Estado agora são desenvolvidos por organizações da sociedade civil, principalmente pelas ONGs que tiveram um crescimento expressivo na década de 1990. Estas se destacam, na atualidade, por assumir a função social de resposta às demandas sociais, estando, portanto, inseridas na lógica de reestruturação do capital.

3.2 O papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) no contexto da crise estrutural do capital e o Serviço Social

No atual contexto de crise estrutural do capital as ONGs vêm desempenhando um papel significativo na sociedade, “caminhando no sentido de ajudar a sustentar um setor público esvaziado pelo Estado e, ao mesmo tempo, tornar possível que este se exima do que era considerada sua responsabilidade” (MACHADO, 2010, p. 271). Tais organizações assumem, enquanto estratégia do projeto de reestruturação do capital, papel fundamental na execução das políticas sociais, contribuindo para o enfrentamento das diversas expressões da “questão social”.

No Brasil, no atual contexto de contrarreforma do Estado, as ONGs adotam um caráter nitidamente funcional aos interesses do capital. A partir da década de 1990 foi criado um conjunto de leis que passou a regular as organizações do terceiro setor, qualificando-as para o enfrentamento das expressões da “questão social”,

com destaque para a Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999 que confere o marco legal às ONGs.

Ao analisar a trajetória histórica das ONGs nos anos 1970 e 1980 fica evidente que estas emergiram num contexto em que os movimentos sociais atuavam sistematicamente no combate a ordem do capital. Tais organizações surgiram articuladas a estes movimentos assumindo um papel coadjuvante. Ou seja, tinham como missão “contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados dos organismos estrangeiros” (MONTAÑO, 2008, p. 271).

Contudo, nos anos de 1990 as ONGs cresceram em termos numéricos, ganharam autonomia e passaram a ocupar um lugar de destaque na sociedade, desvinculando-se dos movimentos sociais (GOHN, 1998).

Neste sentido, de acordo com Pinto (2008), houve uma tendência de substituição dos movimentos sociais pelas ONGs, através de parcerias, articuladas entre o capital e o Estado. Na mesma linha de pensamento, Montaña (2008) comenta que as ONGs passaram a se relacionar com o Estado como parceiros e que este relacionamento se deu de forma dócil, despolitizado e despolitizador, sendo útil ao projeto neoliberal de reestruturação.

Logo, segundo Machado (2010, p. 274), “o Estado, por intermédio das ONGs, pôde construir uma nova concepção de cidadania social, fora da órbita da política estatal”. Tal concepção, na verdade, visa à substituição da perspectiva universal de direitos de cidadania garantido na Constituição de 1988 por medidas pontuais, fragmentadas e focalizadas de serviços sociais, sob os princípios de solidariedade e ajuda mútua.

Enfim, observa-se que as ONGs assumem um lugar estratégico no enfrentamento dos problemas sociais, sendo, portanto, funcionais ao capital. Além disso, constituem um novo campo de atuação de diversas profissões, dentre elas o Serviço Social.

As transformações em curso, estabelecidas pelo capital e pelo Estado no campo das respostas às expressões da “questão social”, com a transferência dos serviços sociais para o terceiro setor, com destaque para as ONGs, e com o desmantelamento das políticas sociais, vem repercutindo “na profissão de Serviço Social, no seu espaço ocupacional, nas condições e relações de trabalho, criando novas funções e competências” (ALENCAR, 2009, p. 5).

Iamamoto (2009), ao analisar a trajetória histórica do Serviço Social ressalta que sua emergência como profissão está situada no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, configurando-se como uma especialização do trabalho coletivo inscrita na divisão sócio técnica do trabalho.

Seguindo a mesma perspectiva Netto (2007, p. 73) afirma que “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica”. Para o autor, é, pois, em decorrência desta ordem que se instaurou, num dado momento histórico específico, o espaço na divisão social e técnica do trabalho, no qual os assistentes sociais irão desempenhar funções e atribuições.

Assim, como manifestação de um processo histórico permeado pelas lutas de classe o Serviço Social nasce para atuar no âmbito das expressões da “questão social”, tendo no Estado o seu maior empregador e nas políticas sociais a sua base de sustentação funcional-ocupacional.

De acordo com Montanõ (2007, p. 157 *apud* Netto, 1992)

[...] não sendo as políticas sociais mediações entre o assistente social e a população, mas entre as classes sociais, o profissional de Serviço Social insere-se na divisão sociotécnica do trabalho requisitado fundamentalmente para executar, mas também para planejar e avaliar, as políticas sociais setoriais.

Desse modo, as políticas sociais, enquanto instrumento do Estado, cria o espaço de intervenção profissional, que constitui o mercado de trabalho para o Serviço Social e que atribui funcionalidade e legitimidade à profissão.

Na atualidade, o processo de reforma neoliberal nas funções e responsabilidades do Estado com o social, no desmonte das políticas sociais e no novo padrão de resposta à “questão social”, rebateu diretamente no Serviço Social, implicando alterações “na sua demanda e no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício” (MONTAÑO, 2008, p. 244).

A retração das funções do Estado no enfrentamento dos problemas sociais, por via de mudanças na orientação e na funcionalidade das políticas sociais, culmina com a redução do Serviço Social nesse espaço, o que levou a transferência de serviços sociais e de espaço ocupacional para o terceiro setor, em especial para as

ONGs. A atuação dos assistentes sociais nesses espaços “tendem, cada vez mais, a uma prática também descoordenada, intervindo em micro espaços e sem sequer poder (ou querer) ter uma repercussão de alcance nacional, ou sequer em esferas setoriais” (MONTAÑO, 1997, p. 118).

A esse respeito Nascimento (2011, p. 99) comenta que

A abrangência da atuação nesses espaços sócio-ocupacionais (como em outros inseridos na sociedade capitalista) é limitada, as condições estruturais são pequenas, os recursos disponíveis são escassos, os projetos são bem delimitados e, por último, o objetivo ou função social dessas organizações não é atender a amplitude das necessidades sociais, como garantia de um direito social.

Além do mais a abertura desse espaço ocupacional no terceiro setor não parece compensar a diminuição do espaço ocupacional no campo estatal, como bem adverte Montaño (2008, p. 249):

Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa no tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito a financiamento externo de projetos pontuais. Não compensa no tipo de prática demandada: dirigida cada vez mais à gestão de recursos humanos (RH), mais do que à implementação de serviços sociais, e voltada geralmente para uma prática voluntarista/assistencialista.

Netto (1996) ressalta que as ONGs estão longe de estabelecer um mercado de trabalho expressivo e estável de absorção de profissionais e que apostar nelas como saída profissional é desconhecer os graves riscos do pluriemprego, em que os profissionais são obrigados a buscar várias inserções empregatícias, configurando um processo em que a segmentação do mercado de trabalho pode acarretar a desagregação profissional.

Em síntese, as condições de trabalho nesses espaços, marcadas pelas modificações sócio históricas contemporâneas, tendem a ser caracterizadas pelas contratações flexíveis, tendência ao pluriemprego, sobrecarga de exigências e aumento das demandas, instabilidade no emprego, ampliação de contratos terceirizados e jornada de trabalho, dentre outras (MONTAÑO, 2008).

Por tudo isto, é preciso que o assistente social tenha uma postura crítica-reflexiva frente a essa conjuntura de reestruturação, para que este não direcione suas ações profissionais ao favorecimento do projeto hegemônico do capital.

Espera-se, que as ações do assistente social, nesses espaços, sejam pautadas no reconhecimento e na defesa dos direitos sociais, visando a equidade e a justiça social. Ou seja, orientadas pelo projeto ético-político profissional, o qual é comprometido com a universalidade, autonomia, liberdade, emancipação e expansão dos indivíduos. Tal projeto materializa-se na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Portanto, a crise estrutural do capital vem repercutindo significativamente no mundo do trabalho, se expressando no Serviço Social, particularmente, na prática profissional do assistente social inserido no terceiro setor, como veremos no capítulo que se segue.

4 TENDÊNCIAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA

4.1 Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida: espaço sócio ocupacional do assistente social

A Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida configura-se como uma ONG, sem fins lucrativos. Foi criada em 07 de março de 2008, porém suas atividades só foram iniciadas em 01 de julho de 2008, estando situada à Rua Antônio Campos, nº 382 no bairro Alto Branco, na cidade de Campina Grande-PB.

Segundo seu Estatuto (2012), tem por finalidade promover assistência social aos portadores de neoplasia maligna (câncer), oferecendo apoio humano, emocional e material visando suprir as necessidades básicas como gêneros alimentícios, suplementos alimentares, exames e consultas médicas, dentre outros, na perspectiva de oferecer uma melhor qualidade de vida a seus usuários (as).

Atualmente seu público alvo é composto por crianças, jovens, adultos e idosos oriundos de Campina Grande-PB e cidades circunvizinhas, somando 78(setenta e oito)usuários/as regularmente cadastrados/as. Para a realização do cadastro prevalecem os critérios de ser portador/portadora de câncer, comprovado

através de laudo médico com o número de Classificação Internacional de Doenças (CID), além da baixa renda.

Com a finalidade de prestar assistência a esse público e seus familiares, funciona diariamente, oferecendo atendimentos sociais, psicológico, jurídico e fisioterápico, bem como viabilização de exames, consultas, aquisição de medicamentos e suplementos alimentares, terapia de reiki, palestras, oficinas de artesanato, além da promoção de eventos como o “Dia da Beleza”, celebração de datas festivas como o carnaval, a páscoa, o dia das mães, o São João, o dia das crianças, o natal etc.

Alguns projetos encontram-se em vias de implementação como a proposta de uma brinquedoteca e área de recreação infantil; Educação de Jovens e Adultos (EJA); cozinha e culinária; Albergue e hidroginástica.

Através de uma parceria firmada com o Ministério Público recentemente adquiriu uma Kombi para auxiliar na locomoção dos usuários até o hospital para que estes possam dar continuidade ao tratamento, bem como para a realização de visitas domiciliares e atividades fora da sede.

Com relação aos recursos humanos, conta com um quadro de funcionários legalmente remunerados, além de um quadro de voluntários. Ou seja, compondo o quadro de funcionários remunerados conta com 13 (treze) operadoras de telemarketing, 05 (cinco) mensageiros, 01 (um) gerente, 01 (um) supervisor de telemarketing, 01 (um) auxiliar de serviços gerais, 01 (um) assistente social e 01 (um) profissional da área de relações públicas. No que diz respeito ao quadro de voluntários conta com 01 (um) fisioterapeuta, 01 (um) advogado, 01 (um) psicólogo, 03 (três) artesãos e 01 (um) terapeuta de Reiki.

Em se tratando dos recursos financeiros, estes são oriundos de parcerias com o poder público e a iniciativa privada, com destaque para as empresas e agências nacionais. Bem como de doações de pessoas físicas e jurídicas, promoção de eventos beneficentes (brechós), centro de telemarketing, dentre outros.

O centro de telemarketing assume um papel fundamental no tocante aos recursos financeiros pois, através de ligações telefônicas, busca sensibilizar as pessoas a fazerem suas doações, custearem exames, medicamentos, dentre outros.

Em suma, a Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida é uma ONG que atua na promoção da assistência social, visando atender as necessidades básicas do portador de câncer, através da viabilização de

medicamentos, alimentação, exames, suplementos alimentares, consultas medicas, promoção de eventos, realização de oficinas etc.

4.2 Perfil socioeconômico dos entrevistados

Em se tratando do perfil da assistente social que trabalha na referida Associação, podemos ressaltar alguns elementos, como o gênero, visto que reforça a tendência histórica na profissão de predominância do feminino. Tal fato é explicável, historicamente, pela idealização da capacidade vocacional que a mulher possui para desenvolver as tarefas educativas e caridosas, tendo sido atribuídas a estas a missão de preservar a ordem social dentro da sociedade capitalista.

Iamamoto e Carvalho (2009, p 172), ao se referirem as origens das pioneiras no Serviço Social, comentam que:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe a mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses.

Na profissão de Serviço Social em suas origens, era inerente à mulher, a partir de suas qualidades e comportamento, a capacidade de servir e exercer a caridade e a justiça social, o que explica a sua presença marcante nos primórdios da constituição da categoria profissional.

Nos dias atuais, no perfil dos assistentes sociais, referente ao sexo, ainda predomina o feminino. Em maio de 2005, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou uma pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”, cujos resultados demonstraram que 97% dos assistentes sociais são do sexo feminino e apenas 3% são do sexo masculino. Esses dados, portanto, ratificam a tendência histórica na categoria profissional, ou seja, a predominância do feminino.

Com tal perfil, Iamamoto (2009, p 104) adverte que:

[...] o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (com diferenciais de remuneração e renda em relação aos homens, de níveis de formação em relação às exigências tecnológicas, maior índice de desemprego, exercício de funções menos qualificadas etc.).

No enfrentamento das práticas discriminatórias, o Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1993, assume como um dos princípios fundamentais o “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 24).

No que diz respeito à faixa etária, insere-se entre 25 a 35 anos de idade. É solteira e reside em Campina Grande/PB. Concluiu a graduação em 2006, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Possui pós-graduação em Políticas Públicas e Assistência Social e trabalha na Associação há mais de 05 (cinco) anos.

Sua jornada de trabalho é de 30 (trinta) horas semanais, estando em conformidade com a Lei nº 12.317/2010 que determina a jornada de trabalho do assistente social em 30(trinta) horas semanais.

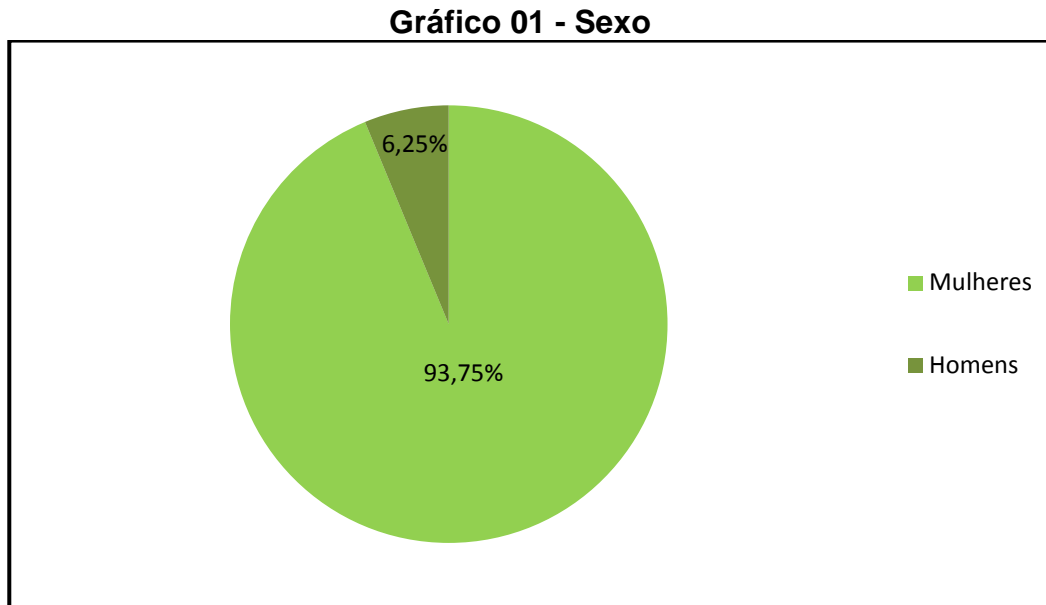
A faixa salarial está compreendida entre 01 (um) a 02 (dois) salários mínimos, o que expressa os baixos níveis de remuneração do trabalho dos assistentes sociais. Portanto, a inserção de assistentes sociais no terceiro setor não significa ganhos salariais, pelo contrário, reforça a tendência histórica do mercado de trabalho para a profissão.

É merecedor de destaque, no depoimento a seguir, a maneira como esse aspecto é apreendido pela assistente social, ou seja, como num contexto de desemprego estrutural aceita resignadamente o baixo padrão salarial, justificado pelo fato de está vinculado a uma ONG, que tem seus recursos financeiros oriundos, sobretudo, de doações da sociedade civil:

Pela dificuldade que a gente sabe que a instituição tem por ser uma ONG, por ser um terceiro setor, por viver de doações, isso aí é compreensível, né. Mas se você for avaliar por outro lado como uma Universidade Federal como a UFCG, um órgão federal como o INSS, então assim, o salário não chega nos padrões, entendeu? (Assistente social).

No que se refere ao vínculo empregatício podemos ressaltar a sua natureza formal, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Quanto ao perfil dos usuários, os dados indicam que dos 16 (dezesseis) entrevistados, 15 (quinze) são do sexo feminino e apenas 01(um) do sexo masculino, correspondendo a 93,75% e 6,25%, respectivamente, conforme gráfico apresentado a seguir:



Fonte: Pesquisa de campo

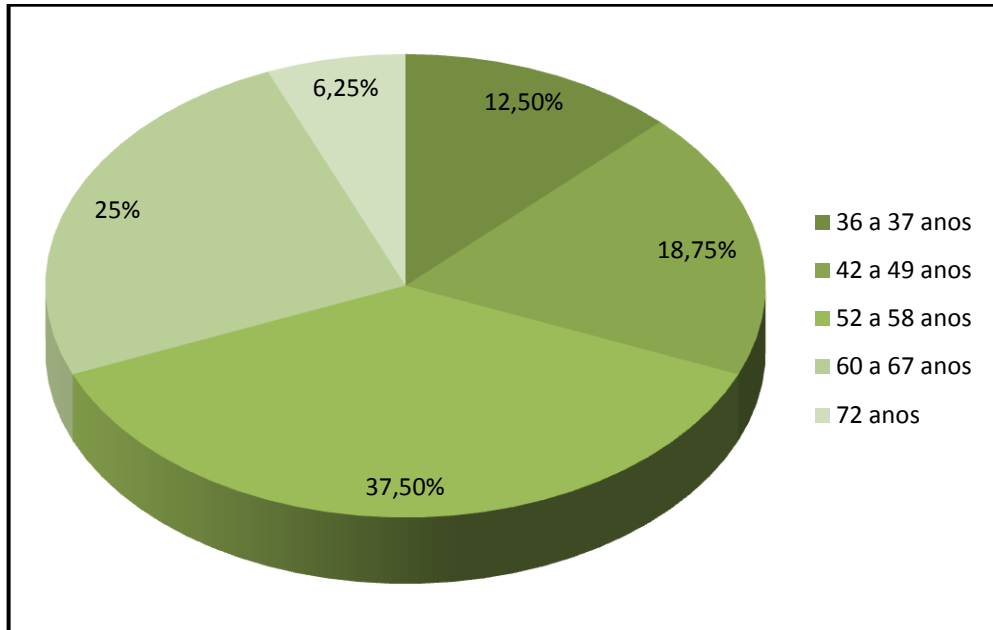
Vale ressaltar que dos 78 (setenta e oito) usuários cadastrados, 58 (cinquenta e oito) são do sexo feminino e 20 (vinte) são do sexo masculino, o que justifica a presença majoritária do sexo feminino na amostra da pesquisa. Tal dado nos leva a inferir que os cuidados com a saúde ainda não foi plenamente adotados pelos homens.

Segundo o Ministério da Saúde (2009)

A não-adesão às medidas de saúde integral por parte dos homens leva ao aumento da incidência de doenças e de mortalidade. Do total de mortes na faixa etária de 20 a 59 anos, 68% foram de homens. Ou seja, a cada três adultos que morrem no Brasil, dois são homens, aproximadamente.

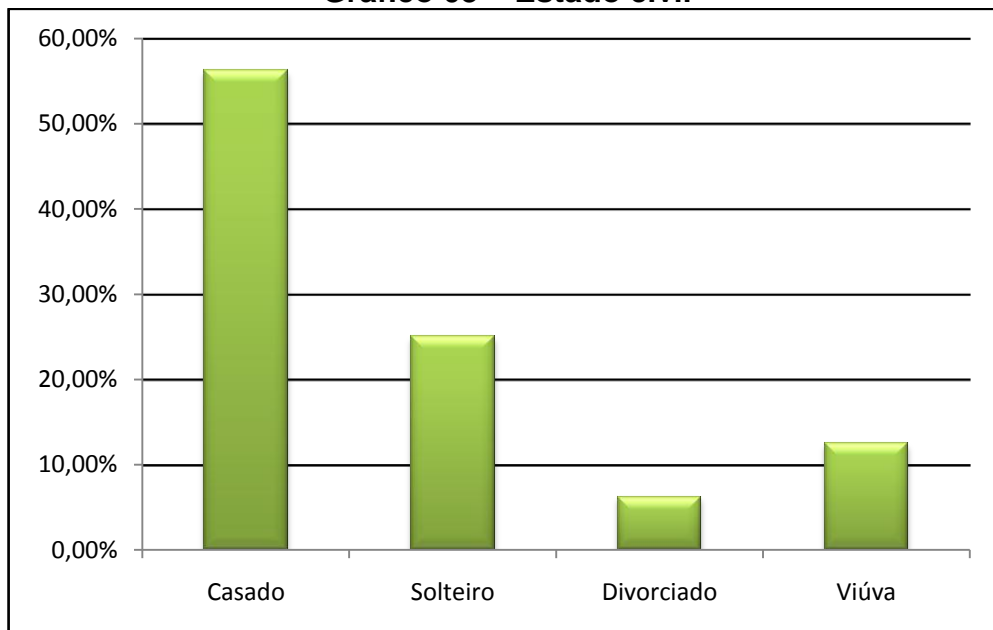
Assim, os homens procuram menos os serviços de saúde do que as mulheres, tendo uma estimativa de vida de 07 (sete) anos a menos em relação as mulheres.

No tocante à faixa etária, podemos ressaltar que os entrevistados tem idade entre 36 (trinta e seis) a 72 (setenta e dois) anos, com maior incidência entre 52 (cinquenta e dois) a 58 (cinquenta e oito) anos, representando 37,5% do total de usuários entrevistados, conforme gráfico a seguir apresentado:

Gráfico 02 – Faixa etária

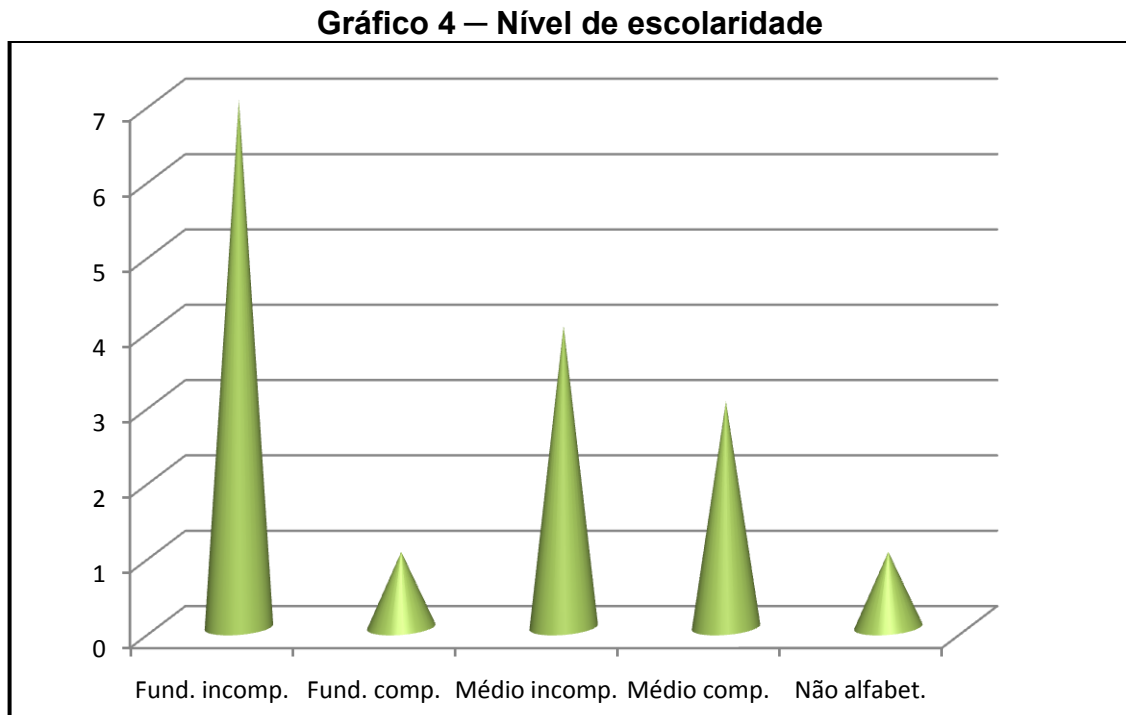
Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação ao estado civil, conforme apresentado no gráfico 03 (três), 09 (nove) são casados (56,25%), 04 (quatro) são solteiros (25%), 01 (um) divorciado (6,25%) e 02 (dois) viúvos (12,5%):

Gráfico 03 – Estado civil

Fonte: Pesquisa de campo

No que concerne ao nível de escolaridade, constatamos que 07 (sete) usuários(as) tem o ensino fundamental incompleto (43,75%), 01 (um) tem o ensino fundamental completo (6,25%), 04 (quatro) tem o ensino médio incompleto (25%), 03 (três) tem o ensino médio completo (18,75%) e 01 não é alfabetizado (6,25%), conforme gráfico apresentado a seguir:



Fonte: Pesquisa de campo

Segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE (Censo, 2010), no Brasil 49,3% das pessoas com 25 anos ou mais possuem o ensino fundamental incompleto ou é sem instrução, demonstrando que mesmo com o programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), ainda há um número significativo de pessoas sem a educação básica.

Com relação ao número de filhos, 62,5% dos entrevistados tem de 01 (um) a 03 (três) filhos, 25% tem 05 (cinco) filhos, 6,25% tem 06 (seis) filhos e 6,25% declarou não ter filhos.

No que se refere à renda familiar, 18,75% dos entrevistados vivem com menos de 01 (um) salário mínimo, 68,75% com 01 (um) salário mínimo e 12,5% com 02 (dois) salários.

De acordo com o IBGE (Censo, 2010), no Brasil 32,7% da população recebe até 01 (um) salário mínimo de rendimento de trabalho. Segundo dados da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2012 e divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) diminuiu o número de pessoas na linha ou abaixo da linha de pobreza. Cerca de 3,5 milhões de brasileiros saíram da pobreza no ano de 2011. Hoje, são cerca de 15,7 milhões de pessoas vivendo na pobreza no Brasil, dos quais 6,53 milhões continuam abaixo da linha de pobreza.

Enfim, a maioria dos entrevistados reside em Campina Grande. São quase todos aposentados e estão cadastrados a mais de 2 anos, com predominância de 4 anos.

4.3 Tendências da prática profissional do assistente social em destaque

A partir da análise das demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais implementadas pela assistente social da Associação em apreço, buscaremos, neste tópico, revelar a tendência mais significativa da prática profissional, considerando os depoimentos coletados no decorrer da pesquisa, bem como as condições objetivas e subjetivas determinantes nesse processo.

O Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional ocupa um lugar de destaque, visto que se constitui também como “porta de entrada” do portador de câncer na instituição. Ao assistente social cabe, neste momento, realizar entrevistas, cadastrar o usuário, prestar esclarecimentos sobre os direitos inerentes ao portador de câncer e fazer os encaminhamentos necessários à rede sócio assistencial existente em sua comunidade para inclusão nas políticas públicas, tais como, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), redução da taxa de água e luz, auxílio-doença, amparo social, aposentadoria, entre outros.

A sua rotina de trabalho envolve uma série de atividades/ações, dentre estas as visitas domiciliares e institucionais, elaboração de relatórios e pareceres, contatos telefônicos com familiares, agendamento de reuniões e captação de recursos.

Ou seja,

[...] o atendimento ao usuário que são as visitas domiciliares, a triagem pra saber se eles se encaixam no perfil da instituição, os encaminhamentos, os atendimentos específicos pra questão de exames, questão de medicação, questão de suplemento alimentar, questão de viabilização de transporte pra o tratamento, organização de reuniões mensais dessas atividades que a instituição coloca sobre o Serviço Social pra organizar porque não tem outro profissional pra fazer isso. Atendimento aos doadores também, porque tem doadores que chegam na instituição e querem conhecer o nosso trabalho,

né? Então a gente faz aquele apanhamento de modo geral. E está sempre fazendo esse acompanhamento junto aos voluntários, vê o que ta precisando pra melhorar sempre em busca de mais que não é uma tarefa muito fácil e sempre fazendo esse vínculo da instituição com outros órgãos pra conseguir mais parceiros pra melhorar o trabalho da gente, digamos assim(Assistente social).

Nesse sentido, podemos ressaltar as análises realizadas por Lamamoto (2009, p. 112), quando comenta que:

O Assistente Social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional de “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interesses por esses mesmos serviços.

Diante dessa particularidade da profissão, se faz necessário que o assistente social assumira uma postura crítica em face da realidade, para que sua atuação profissional não privilegie simplesmente o atendimento aos interesses do capital. Mas, reconhecendo a dimensão política da profissão, busque viabilizar aos usuários dos serviços prestados o acesso aos direitos, sob a observância dos princípios de liberdade, igualdade, equidade e justiça social, em defesa de um projeto de sociedade antagônico ao do capital.

Como bem destacam Barroco e Terra (2012), nenhuma atividade social no interior da sociedade capitalista deixa de contribuir, em diversos níveis, para a objetivação das relações sociais burguesas. A partir do conhecimento do significado do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, o assistente social, ao responder a “questão social” através da realização dos serviços sociais, reproduz simultaneamente e contraditoriamente os interesses e as necessidades do capital e do trabalho. Em decorrência da sua opção política em meio a essa contraditória inserção, o assistente social pode, portanto, colocar-se a serviço de uma ou outra dimensão de sua atuação, optando por fortalecer a classe

trabalhadora por meio de seus serviços, o que demonstra que projeto societário⁴ e projeto profissional não se põem como antíteses.

Quando perguntamos sobre as demandas postas pela instituição à profissão, assim se pronunciou:

Pela instituição é a cobrança pra cadastrar usuários, né? Ultimamente o foco tem sido mais crianças. A questão de fazer eventos na instituição que a gente sabe que não é do perfil, né? Se a gente for olhar pela Lei que regulamenta a profissão não tem isso lá. Mas é uma demanda institucional e por ser uma demanda institucional a gente acaba sendo obrigada, por ter poucas pessoas pra fazer a gente acaba sendo obrigada a fazer. Tem a questão também de buscar os parceiros, que eu entendo que não é uma atribuição específica do Serviço Social, mas se torna uma demanda institucional e por falta de outro profissional que possa fazer isso, cai em cima da gente, né? Então é aquela conversa, se você não quer fazer tem uma fila lá fora que quer. Então a gente acaba, pra não perder o emprego, tendo que aceitar aquilo ali, mesmo não concordando de certa forma. Então, assim, a demanda sobre o Serviço Social aqui tem que dar conta de tudo, do usuário, de familiar, tem que ver se a casa ta em ordem, o que ta precisando, o que ta faltando, o que precisa melhorar. Então tem que ta sempre antenado com tudo, na verdade. Na parte burocrática vem a questão da documentação se ta tudo em ordem, quando vence a gente também tem que providenciar pra ir atrás ou outra solicitação de documentação, os projetos, plano de ação. Então tudo isso cai sobre o Serviço Social. Os documentos pra gente ficar legalizado, tipo o alvará da Prefeitura, certificado do corpo de bombeiros, o certificado do Conselho Municipal de Assistência Social que é um dos mais importantes, o alvará da Vigilância Sanitária. Então tudo isso aí sou eu que vou atrás, que vejo quando vence, que tenho que providenciar a documentação, que tenho que ir lá, que tenho que buscar, né? Então, assim, acaba que eu sou pressionada pela diretoria, as vezes pelos usuários porque precisam de alguma coisa e pela própria profissão que requer isso da gente. A gente acaba se auto pressionando também (Assistente social).

O depoimento acima revela, pois, o desenvolvimento de ações que não são compatíveis com as atribuições do assistente social, ferindo, portanto, o Código de Ética do Assistente Social que em seu artigo 2º versa: “ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções”.

Logo, podemos inferir que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a exemplo do uso incessante da tecnologia em substituição da força de trabalho, conseqüentemente o aumento exponencial do desemprego estrutural, da flexibilização nos contratos de trabalho, dentre outros, exerce uma determinação

⁴Sobre projetos societários e projetos profissionais consultar: NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 1999. Módulo 1, p. 91 -110.

significativa nas condições objetivas e subjetivas da prática profissional. Para permanecermos no emprego, assegurar a nossa sobrevivência material no atual contexto de extrema imposição da mercantilização de todas as dimensões da vida social e de banalização da vida humana (NETTO, 1996), como bem demonstra a fala acima exposta, muitas vezes o assistente social é levado a desenvolver atividades que fogem a sua competência e atribuições, além de assumir deliberadamente a polivalência, tendência hoje evidenciada no mundo do trabalho.

No que diz respeito às demandas postas pelos usuários, vejamos o depoimento a seguir:

Bem, as demandas dos usuários é tudo o que gira em torno do tratamento deles, é isso que a gente prioriza. A gente recebe a receita médica com o pedido de medicações porque muitos deles não tem condição de comprar, né? Então, traz pra gente e a gente viabiliza essa medicação. É, suplemento alimentar também da mesma forma, né? Tendo em vista que tem pessoas que às vezes nem faz uma refeição e precisa desse suplemento pra poder suportar aquele dia todo sem comer direito. É, questão de exames também tem sido muito forte, ultimamente, porque eles esperam pelo posto de saúde e o posto de saúde não resolve, ou as vezes envia pra secretaria de saúde passa alguns meses, né? Não tem condição de fazer aquele exame, por não ter o benefício, ou por não ter emprego, ou por não ter alguém da família que possa ajudar e trazer pra gente, né?. A questão mais de medicação, de exames de consultas, né? Por que muitas vezes eles tem o encaminhamento, ou do posto, ou do médico que atende na FAP, mas as vezes é uma coisa de urgência e a gente sabe que infelizmente pelo SUS demora. Então a gente tem que agir antes que seja tarde. Antes que a pessoa piore ou que infelizmente venha até a óbito (Assistente social).

É possível perceber nas demandas postas pelos usuários o descaso com que o Estado vem respondendo às expressões da “questão social”, implicando, necessariamente, na precarização das políticas sociais. Ou melhor, na sua desresponsabilização e transferência das suas competências e atribuições para a sociedade civil, comprometendo, além da qualidade dos serviços prestados, o princípio constitucional da universalidade.

Portanto, o que se observa é um verdadeiro desmonte das conquistas históricas e dos direitos universais obtidos pela classe trabalhadora, em detrimento de serviços sociais pontuais e focalizados dirigidos às populações mais carentes.

Como destaca Santos (2010), o Estado vem efetivando seu papel político para atender prioritariamente os interesses do capital em detrimento do atendimento às necessidades humanas, imprimindo alterações profundas no modo de ser das políticas sociais e das instituições que as realizam no que diz respeito aos objetivos

e critérios de acesso institucionais que passam a operar cada vez menos na perspectiva dos direitos e mais na lógica da mercadoria com sua ânsia de eficácia e produtividade.

É merecedor de destaque a diversidade e quantidade de demandas que são postas para o Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional, resultando numa sobrecarga de trabalho que, certamente, repercute negativamente na qualidade dos serviços prestados aos usuários, como expressou a assistente social, no depoimento a seguir:

[...] as vezes eu deixo de prestar mais tempo voltado pra eles pra resolver outro tipo de coisa, uma coisa burocrática, um documento, entendeu? Que outra pessoa poderia fazer. Visita pra firmar parceiro pra instituição que não é uma tarefa fácil. Então assim, eu acho que esse tempo empregado em outras coisas poderia ser empregado neles, em mais visitas domiciliares, em mais atendimento específico pros familiares, um acompanhamento mais perto, mais próximo. [...] é muita demanda pra uma pessoa só fazer. É a questão do trabalhador polivalente que a gente sabe que hoje em dia existe. Então isso infelizmente também recai sobre a gente. Na verdade nós somos insistentes sociais, a gente rema contra a maré. Então assim, além das atribuições da gente ainda tem as atribuições da instituição, né? E a gente não pode deixar passar (Assistente social).

Quando indagamos sobre as condições de trabalho nesse espaço de realização do exercício profissional do assistente social, foi possível perceber que apesar das aquisições de equipamentos, material de informática, transporte etc., estas permanecem precárias, deterioradas, como se pode observar no depoimento a seguir:

Estão melhorando. Por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, a gente acaba aceitando algumas imposições, né? Mas assim, tem melhorado. No início não tinha computador, agora tem. Não tinha internet, agora tem. Não tinha um carro, agora tem. Então, assim, está se evoluindo pra melhor, né? Apesar de algumas limitações ainda (Assistente social).

Segundo Santos (2010), os assistentes sociais vivenciam em todos os espaços sócio-ocupacionais as tendências de precarização e exploração do trabalho, que tanto produzem instabilidade e insegurança, com um agravante, visto que lidam com indivíduos diretamente inseridos em situação de violação de direitos, de violência e de desigualdade social em toda sua amplitude e aprofundamento.

Diante de tal situação, no âmbito do conjunto CEFESS/CRESS, conforme ressalta Santos (2010), várias ações vem sendo desenvolvidas no sentido de

enfrentá-la e fortalecer o processo de materialização do projeto ético-político profissional. Como exemplos, podemos citar a elaboração e desenvolvimento dos planos de luta em defesa do trabalho e da formação profissional, a publicação de parâmetros de atuação do assistente social nas políticas de assistência social e saúde, dentre muitas.

Sabemos que faz parte da estratégia de reestruturação do capital utilizar-se da função ideológica para desmobilizar a luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho, levando-a a uma maior aceitação e menor resistência a este modelo de sociabilidade.

Segundo Grave (2002), o aumento da responsabilidade frente ao trabalho, expresso na necessidade da polivalência, bem como os baixos níveis salariais e o temor de serem demitidos se por um lado desmobiliza e inviabiliza qualquer forma de organização em prol de melhores condições de trabalho, por outro impele estes trabalhadores a se dedicarem ainda mais, logo aumentando a produtividade.

Nesse sentido, vale destacar o depoimento a seguir acerca das respostas implementadas para as demandas institucionais:

Bem, eu me planejo pra responder a todas. Eu me planejo semanalmente, me organizo dentro do meu tempo de trabalho pra fazer as minhas visitas externas, pra fazer atendimento interno. Então, na medida do possível eu tou conseguindo atender. Apesar de que se uma coisa não der pra essa semana fica pra semana que vem. As vezes acumula um pouquinho do trabalho, né? Mas, existe o período de acumulação de trabalho. Por exemplo, esse período de fim de ano é um período que a gente corre muito, em janeiro a gente já ta mais folgado, em fevereiro ta mais folgado, mais aí já começa a rotatividade novamente. E a gente não para. É o ano todo com programação, com evento e sempre aparece uma coisa nova, todos os dias a realidade traz uma coisa nova pra gente. Então assim, existe aquela cobrança, mas não existe a ferramenta, digamos assim, o recurso. Eu quero assim, mais você tem que se virar, né? Como a festa de natal. É a festa que eu mais me preocupo durante o ano, porque assim, é uma festa pra 250, 300 pessoas e tudo tem que ser doação, da comida a apresentação, entendeu. Só o que a gente paga é o aluguel das mesas, das cadeiras, porque as pessoas que alugam dependem disso, né? Mas, o restante é doação e quem tem que conseguir é a assistente social. Então assim, não é um trabalho da gente, mas a gente tem que fazer. Então não tem outra pessoa pra fazer, a gente tem que botar a mão na massa querendo ou não. Mas na medida do possível ta dando pra atender, apesar das limitações, das dificuldades (Assistente social).

Com relação às respostasas demandas dos usuários foi possível constatar, como já comentou Santos (2010), que as reais necessidades da vida cotidiana dos usuários são respondidas com estratégias que combinam intensificação na

responsabilidade individual e familiar com políticas e programas sociais que assegurem acesso ao mínimo, a algo que seja capaz simplesmente de tornar a vida física ainda possível.

Nesse sentido, vale observar o depoimento a seguir:

Em cesta básica ainda não é cem por cento. É, em medicação a gente ta conseguindo atingir. Todas as medicações que eles trazem a receita, a gente ta conseguindo atingir isso. Suplemento, também a gente ta conseguindo atingir. Exames, também a gente ta conseguindo atingir, né? É, a questão do transporte à gente não ta fazendo cem por cento ainda, porque é só um transporte, é só um motorista e são muitas pessoas e as vezes acontece dos horários baterem de frente com o outro. Então assim, nosso desejo é de atender a todo mundo, se a gente tivesse mais um carro eu acho que daria pra suprir a necessidade, né? Mas, por enquanto não ta sendo cem por cento, a gente ta fazendo o máximo que a gente pode. Mas cem por cento no transporte a gente não conseguiu. Mas se nós olharmos a dois anos atrás, a gente evoluiu bastante, porque antes a gente não tinha nem um carro, né? Então assim, a gente tem evoluído com relação aos atendimentos, a gente ta com uma psicóloga agora fixa, que antes a gente ficava mendigando um psicólogo pra ser voluntário aqui. A nossa fisioterapeuta super. responsável está aqui toda semana fazendo atendimento. Então assim, a gente corre em busca dos parceiros, porque a instituição também não pode arcar com essas despesas, e a gente faz o pagamento do exame do usuário e presta conta pra o parceiro que nos ajudou. Então, há muita variação de medicação, de suplemento e de exames. Mas isso tudo acarreta um aumento nas despesas. Então, a gente tem que recorrer, exceto a medicação, no caso dos suplementos alimentares a gente recebe muita doação, o telemarketing ta fazendo muita campanha e a gente ta recebendo, mas a questão de exames a gente corre atrás pra poder viabilizar pra eles e a medicação a gente compra (Assistente social).

Observa-se, pois, que são inúmeros os desafios com os quais o assistente social se depara no atendimento as demandas postas a profissão. Os depoimentos evidenciam uma tendência a priorização da solidariedade e da ajuda mútua. Além disso, observa-se a questão de autorresponsabilização dos sujeitos e da sociedade para responder as suas próprias necessidades, eximindo, portanto, o Estado de suas responsabilidades, o que é próprio do neoliberalismo.

Para Montaño (2008, p. 185),

No padrão neoliberal de resposta às demandas sociais a modalidade de intervenção é setorialista, mas também localizada, e seu fundamento é a focalização e desconcentração das respostas, sustentadas na autoajuda e na ajuda mútua, sendo assim de responsabilidade dos próprios portadores de necessidades, de seus pares e de suas localidades a resposta às suas demandas.

Em face dessa realidade na qual o Serviço Social é chamado a intervir, lamamoto (2009, p. 20) comenta que

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é de desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

Razão pela qual adverte que o tempo presente requisita um profissional crítico, inovador e ousado, capaz de responder de forma qualificada às novas demandas que se apresentam para o Serviço Social. Ou seja, um profissional propositivo e não só executivo.

Apesar de demonstrar um entendimento crítico acerca do terceiro setor, do seu papel de substituição das funções do Estado no que se refere ao enfrentamento das expressões da “questão social”, a assistente social em seu depoimento deixa evidente a sua opinião com relação à inserção do Serviço Social neste espaço:

Bem, eu acho que é de extrema importância o profissional tá envolvido nesse setor, apesar das inúmeras dificuldades que enfrenta. Por que pra se fazer uma avaliação, como a nossa sócio econômica, uma pessoa formada em contabilidade não iria ter a sensibilidade que nós temos, né? Uma pessoa formada em história, geografia, filosofia, não iria saber quais são as ferramentas que são utilizadas. Então assim, o contato, a ponte que é entre o usuário e a Organização Não Governamental, o profissional de fundamental importância é o assistente social, porque além da formação técnica, ele tem dentro de si essa humanização com a população, né? De identificar a carência, de identificar quais são os melhores caminhos que a gente pode criar, proporcionar pra trazer bem estar pra eles. A gente não vai solucionar o problema do mundo, a gente não vai solucionar nada grandioso, mas assim, as lacunas que a gente puder fechar ao longo do caminho, a gente tenta (Assistente social).

Nota-se, portanto, no depoimento em foco, uma apreensão acerca do perfil profissional, que reúne conhecimento técnico e sensibilidade. Nesse sentido, somos levados a ressaltar as análises de Iamamoto (2009) sobre o perfil profissional que se busca formar, em conformidade com as Diretrizes Curriculares ora em vigência. Ou seja, um profissional culto e atento, capaz de fazer a leitura dos processos sociais e apropriar-se das possibilidades neles existentes, transformando-as em propostas e frentes de trabalho. Um perfil profissional, pois, com competência crítica que supere o teorismo, o pragmatismo e o militantismo.

Questionada sobre as dificuldades encontradas nesse espaço sócio ocupacional, destacou a falta de recursos financeiros, humanos e materiais, além da forte cobrança ao profissional para a realização das atividades, o que expressa as precárias condições de trabalho vivenciadas cotidianamente.

Não obstante, reconhece as possibilidades, conforme a fala a seguir:

A atuação ela é possível, apesar das dificuldades e dos desafios, ela é possível. É um campo que foi aberto pra o Serviço Social, nas ONGs, nas organizações do terceiro setor e eu acho que é um espaço que a gente tem muito que aprender, tem muito o que ensinar e tem muito o que aprender. Por que é uma troca de informação, a gente tá aqui fazendo o nosso trabalho, mas de certa forma a gente tá recebendo informações também. Então assim, eu não vou dizer que é um espaço ruim, porque não é. Se fosse ruim a gente não estaria inserido nele. Existe dificuldade como toda profissão, como todo local existe problema, mas existem meios que a gente pode criar [...] (Assistentesocial).

Em meio aos desafios e possibilidades à inserção do Serviço Social no terceiro setor vem sendo consolidada. Porém, é imprescindível que os assistentes sociais, articulando às dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa, tenham claros e fundamentados os seus ideais acerca do trabalho profissional no terceiro setor, para que assim possam contribuir para atender aos reais interesses da classe trabalhadora.

Em se tratando dos usuários foi possível constatar que a procura pela Associação foi motivada, sobretudo, pela necessidade da aquisição de medicamentos, de alimentos, de atendimento psicológico etc., o que reforça o entendimento de que a função social que as ONGs assumem, no atual contexto de reestruturação do capital, é de dar respostas pontuais, focalizadas às expressões da “questão social”, isentando o Estado de suas responsabilidades:

“As dificuldades, né? Aí então uma amiga, a gente conversando, ela disse minha filha vamos pra Associação Esperança e Vida, lá é muito bom. Lá ajuda você com medicação, ajuda com cesta básica. Foi isso que me trouxe até aqui” (ENTREVISTADA 5).

“Foi por causa do medicamento, eu precisava de medicamento e não podia comprar e outra eu também fiquei muito deprimida, tudo eu chorava” (ENTREVISTADA 10).

Portanto, a concepção universalista das políticas sociais e a garantia de direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988, cede lugar a precarização, focalização e a seletividade dos serviços assistenciais oferecidos pelo Estado, configurando um quadro de desmonte das conquistas históricas dos trabalhadores. Diante de tais condições, os sujeitos que necessitam dos serviços, são levados a buscarem outros meios que atendam minimamente as suas necessidades, encontrando no terceiro setor uma possibilidade de resposta.

Para Montaño (2008, p. 189):

[...] o projeto neoliberal, que elabora essa nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com o financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). No seu lugar, cria-se uma modalidade polifórmica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um. Assim, tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada à autoajuda e ajuda-mútua.

Ao questionarmos como tem sido a sua participação nas atividades desenvolvidas pela Associação, observamos nas falas dos usuários uma nítida satisfação, principalmente pela oportunidade de participarem das oficinas de artesanato e de obterem atendimento fisioterápico, por exemplo, conforme as falas seguintes:

“Venho com frequência, eu só não venho quando eu não tenho condições, né? De pagar o ônibus. Mas, toda sexta-feira eu to aqui. E as vezes na segunda. Mas eu venho pra tudo que acontece aqui, eu venho” (ENTREVISTADA 2).

“Eu venho, não perco não. Quando eu não venho é porque eu vou pro médico. Eu venho na segunda e na sexta. No dia que eu não venho eu adoço, não me sinto bem. Eu gosto do artesanato, das festas, eu gosto de tudo. Eu gosto mais de artesanato. Eu digo lá em casa, graças a Deus minha casa é uma benção de união, mas eu acho melhor aqui do que em casa. Eu me sinto muito bem aqui” (ENTREVISTADA 10).

Para a Associação Esperança e Vida é um lugar de apoio, de ajuda, de doação:

“Eu vejo que aqui é uma casa de apoio, de amor. A gente se sente bem, a gente chega carente aqui e sai rindo, feliz entendeu. Chega triste sai alegre. O que sinto aqui é coisas boas na Esperança e Vida” (ENTREVISTADA 2).

“Eu vejo a Associação como uma segunda família, né? Eu vejo a Associação como um estímulo de vida, de esperança pra nós. Pra mim a associação significa realmente esperança e vida, por que aqui nós aprendemos a isso. Antes de eu chegar nesse lugar eu tinha visto minha vida como um ponto final, um câncer na minha vida era um ponto final. A partir do momento que eu comecei a participar deste lugar então a maneira de eu pensar e de viver mudou. Eu já não vejo mais dessa maneira, né. Aqui eu realmente encontrei esperança e vida” (ENTREVISTADA 3).

“Eu acho muito interessante. Por que tem psicólogo, tem fisioterapia pra quem precisa né? É um incentivo pra gente sair de casa, pra não tá com aquele pensamento sobre o problema, né? E se misturar com pessoas que teve o mesmo problema que a gente. Por que você sabe, teve esse tipo de problemas não é muito bem visto. Que queira ou que não queira tem um certo preconceito. Aí aqui todo mundo é igual, não tem ninguém nem melhor nem pior, né” (ENTREVISTADA 13).

Constata-se, assim, que esses usuários, na condição de adoecimento, de fragilização da vida, encontram nesse espaço o acolhimento, o apoio emocional e, até certo ponto, material.

Logo, o Serviço Social, nesse universo, é apreendido como ajuda, caridade, como está evidenciado nos depoimentos a seguir:

“O Serviço Social é uma coisa que ajuda a gente, né? Em muitas coisas, né? O trabalho que a assistente social faz é maravilhoso, me sinto muito bem aqui. Ajuda muita gente” (ENTREVISTADA 1).

“O Serviço Social é muito bom, por que orienta, entendeu? Orienta as pessoas, tá ali de lado sempre procurando ajudar. Eu acho que é assim, o Serviço Social é muito importante” (ENTREVISTADA 2).

“Eu vejo o Serviço Social como um socorro bem presente, né? Por que sempre quando nós sofremos qualquer tipo de dificuldade, ou espiritual ou material é a assistente social que nós socorre. Então lá nós encontra, assim, o apoio como uma amiga e como profissionalismo também” (ENTREVISTADA 3).

Assim, cabe ressaltar que, com as mudanças nas expressões da “questão social” e com as alterações nas políticas sociais advindas do processo de reestruturação do capital, “o que se altera mais rapidamente são as atribuições e papéis profissionais” (NETTO, 1996, p. 123), podendo o assistente social ser reconhecido como:

[...] o profissional da ajuda, do auxílio, da assistência, da gestão de serviços sociais, desenvolvendo uma ação pedagógica, distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triagens, conferindo méritos, orientando e esclarecendo a população quanto a seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis, administrando recursos institucionais, numa mediação da relação: Estado, instituição, classes subalternas (YAZBEK, 2009, p. 135).

Esses usuários esperam do Serviço Social o atendimento das suas necessidades mais imediatas, como a ajuda, o amor, o atendimento médico, a

realização de exames, o recebimento de cestas básicas, como se pode observar nas falas seguintes:

“Eu busco ajuda de medicação, a cesta básica, a fisioterapia, a psicóloga, as amigas, o amor, tudo aqui eu encontro com a assistente social. Os exames que ela age pra mim” (ENTREVISTADA 2).

“[...] eu corro atrás de socorro muitas vezes pelo um exame, pelas uma medicação, outros já correm atrás de cesta básica. Por que cada um tem uma história, né? Eu não recebo cesta básica, mas eu sou beneficiada com remédio, com consultas, exame. Então sempre que eu procuro a assistente social ela tem sempre uma resposta positiva pra mim” (ENTREVISTADA 3).

Verificamos, portanto, que a demanda por serviços básicos de saúde que deveriam ser garantidos pelo Estado, sendo transferidos para o terceiro setor, vem, até certo ponto, sendo atendida, embora sob o ideal da caridade e da ajuda, em detrimento da perspectiva dos direitos de cidadania.

Vale ressaltar a maneira resignada como é vista a seletividade no âmbito das políticas sociais, conforme a fala a seguir:

“Medicação. Eu recebia cesta básica, mas houve um corte aí e eu entrei no meio desse corte, né? Aí não recebo mais cesta básica. Mas ela me ajuda com a medicação” (ENTREVISTADA 5).

Mesmo diante deste dado de realidade, os usuários revelaram que são atendidos nas suas necessidades mais imediatas:

“Eu nunca cheguei aqui pra ela me dizer um não. Sempre ela me atende. Mas, só quando ela diz que a instituição não está em condições de ajudar naquele problema meu e assim mesmo ela batalha e me ajuda. Ela nunca me disse um não. [...] quando é um exame caro que eu não tenho condições de pagar, encaminhamento para a dermatologista, tomografia eu não tenho condições de pagar ela agiu tudinho” (ENTREVISTADA 2).

“Sempre eu consigo. Sempre é positivo. [...] tem vez que eu não tenho conseguido na secretaria, tem vez que eu não to com o dinheiro pra comprar, aí venho aqui e falo com ela. Ela consegue logo. Na secretaria demora muito. O exame, tudo se for pra secretaria demora muito e ela é mais rápida” (ENTREVISTADA 8).

Diante do exposto, podemos inferir que no espaço sócio ocupacional do terceiro setor o Serviço Social, simultaneamente e contraditoriamente, vem atendendo as demandas do capital, bem como as demandas mais imediatas da

classe trabalhadora. Atende às demandas do capital na medida em que está inserido no movimento de produção e reprodução da vida social cujas condições objetivas ratificam a necessidade de compra e venda da força de trabalho em troca de um salário. O assistente social é contratado pela instituição para realizar determinado trabalho, mediante o pagamento de um salário, participando, portanto, do “processo de reprodução dos interesses de preservação do capital” (YAZBEK, 2009, p. 128). Participa, também, do processo de reprodução dos interesses do trabalho, na medida em que responde “às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (idem), reproduzindo, portanto, interesses contrapostos da classe trabalhadora e do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais implementadas pela assistente social da Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida, em sua densidade histórica no âmbito da sociabilidade burguesa e suas particularidades, na tentativa de identificar a quais demandas tais respostas estão atendendo, as do capital ou as do trabalho, foi possível constatar que no espaço sócio ocupacional do terceiro setor o Serviço Social, simultaneamente e contraditoriamente, vem atendendo às demandas do capital, bem como as demandas mais imediatas da classe trabalhadora.

Pois, na medida em que está inserido no movimento de produção e reprodução da vida social, vendendo a sua força de trabalho, necessariamente, participa do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, bem como responde às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores.

Nesse espaço laboral podemos inferir que o assistente social vem, também, desenvolvendo ações que não são compatíveis com as atribuições do assistente social, previstas na Lei de Regulamentação da Profissão. Bem como priorizando os valores de solidariedade e ajuda mútua, fortalecendo, pois, uma imagem da profissão relacionada a caridade e a ajuda, em detrimento do direito.

Enfim, o assistente social vivencia as tendências mais gerais do mercado do trabalho, quais sejam, a super exploração do trabalho, instabilidade e insegurança do emprego, a polivalência, a deterioração das condições de trabalho, baixos níveis salariais, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos etc, Ou seja, vivencia e enfrenta, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho.

Portanto, podemos ressaltar que o terceiro setor, enquanto espaço sócio ocupacional do assistente social coloca para a profissão novos desafios, contradições e particularidades, impondo a imperiosa necessidade de uma análise crítica no sentido de desvendar e enfrentar o movimento contraditório do real, aberto a lutas de classes, à atuação e a reflexão crítica dos sujeitos individuais e coletivos, que se expressa e condiciona o exercício profissional. Bem como construir propostas de trabalho condizentes com os princípios inscritos no projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 449 - 460.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA – A.E.V. **Reforma Estatutária**. Campina Grande, abril de 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde –**Resolução Nº 196 de 10 de outubro de 1996**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>. Acesso em: 28 de novembro de 2012.

_____. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/noticias-antiores-agencia-saude/3837>. Acessado em: 27 de janeiro de 2014.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 27 de janeiro de 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2125>. Acessado em: 27 de janeiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>. Acessado em: 27 de janeiro de 2014.

_____. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (10ª edição)**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>. Acessado em: 27 de janeiro de 2014.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. Serviço Social e “terceiro setor”: a atualidade do debate para o exercício profissional. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Rio de Janeiro, dezembro/2010.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o terceiro setor. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 58, novembro/ 1998, p. 09 – 23.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 69, março/2002, p. 73 – 105.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Graziela Schiffer. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 102, abril/junho de 2010, p. 269 – 288.

MONTAÑO, Carlos. **O terceiro setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 59, março/1999.

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 53, março/1997, p. 102 – 125.

MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO, Janaína Lopes do. “Telhado de vidro” nas ONGs: enfrentamento da questão social e desafios ao serviço social. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro: Revista da faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. v.9, n. 27, p. 91-105, julho/2011.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: **III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”**. Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>. Acessado em: 26 de junho de 2012.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 1999. Módulo 1, p. 91 -110.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n° 50, abril/1996, p.87 – 132.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO, Thalita Beline. Terceiro Setor e Serviço Social: questões para o debate. 2008. 73 f. **Monografia** (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PORTAL BRASIL. **Ipea revela que 3,5 milhões saíram da pobreza em 2012**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea>. Acessado em: 09 de março de 2014.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 104, 2010, p.695 – 714

TEIXEIRA, Francisco J. S. (Orgs.); OLIVEIRA, Manfred Araújo de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. Fortaleza: **Cortez**, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 126 – 139.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para a assistente social



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Nome da pesquisa: “TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB”

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Assistente Social

Parte I – Perfil Profissional

1. Em que ano concluiu a graduação?
2. Em qual instituição de ensino?
3. Possui pós-graduação em alguma área?

Parte II – Serviço Social e A.E.V.

1. Há quanto tempo trabalha na A.E.V.?
2. Qual o vínculo empregatício?
3. Quais as suas condições de trabalho?
4. Quais as atribuições do Serviço Social na A.E.V.?
5. Você já trabalhou como assistente social em outras instituições?
6. Quais as demandas postas pela instituição?
7. Quais as demandas dos (as) usuários (as)?
8. Quais as respostas implementadas?

Parte III – Serviço Social e Terceiro Setor

1. O que entende sobre o terceiro setor?
2. Qual a sua opinião com relação a inserção do Serviço Social no terceiro setor?
3. Quais as dificuldades que você encontra nesse espaço sócio ocupacional?
4. Quais as possibilidades encontradas?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para os (as) usuários (as)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Nome da pesquisa: “TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB”

ROTEIRO DE ENTREVISTA - Usuários (as)

Parte I – Perfil socioeconômico

1. Idade _____
2. Sexo Masculino () feminino ()
3. Residência _____
4. Escolaridade:
 - () sem instrução
 - () Alfabetizado
 - () Ensino Fundamental incompleto
 - () Ensino Fundamental completo
 - () Ensino Médio incompleto
 - () Ensino Médio completo
 - () Ensino Superior incompleto
 - () Ensino Superior completo
5. Moradia:
 - () própria () alugada () cedida () invadida
6. Estado civil:
 - () solteiro(a) () casado(a) () outros
7. Tem Filhos?
 - () Sim
 - () Não
8. Número de filhos:
 - () 1 filho () 2 filhos () 3 filhos () 4 ou mais filhos
9. Renda Familiar:
 - () 1 salário mínimo
 - () 2 a 3 salários mínimos
 - () mais de 3 salários mínimos

Parte II - Usuária (o) e a AEV

1. A quanto tempo está cadastrado na instituição?
2. O que levou você a procurar a instituição?
3. Como tem sido a sua participação nas atividades desenvolvidas pela A.E.V.?
4. Como você vê a Associação Esperança e Vida?

Parte III - Usuária (o) e o Serviço Social da AEV

1. Para você o que é o Serviço Social?
2. Quais as demandas que você leva para o Serviço Social?
3. As suas necessidades são atendidas pelo Serviço Social?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-tcle

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“OS ATUAIS DIRECIONAMENTOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB”**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **“OS ATUAIS DIRECIONAMENTOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB”** terá como objetivo geral **ANALISAR AS DEMANDAS POSTAS AO SERVIÇO SOCIAL E AS RESPOSTAS PROFISSIONAIS IMPLEMENTADAS PELA ASSISTENTE SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA (A.E.V.), NA TENTATIVA DE IDENTIFICAR A QUAIS NECESSIDADES TAIS RESPOSTAS ESTÃO ATENDENDO, AS DEMANDAS DO CAPITAL OU AS DO TRABALHO.**

- Ao voluntário só caberá a autorização para **PARTICIPAÇÃO NA ENTREVISTA DO TIPO SEMIESTRUTURADA COM UM ROTEIRO PREVIAMENTE ESTABELECIDO** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter

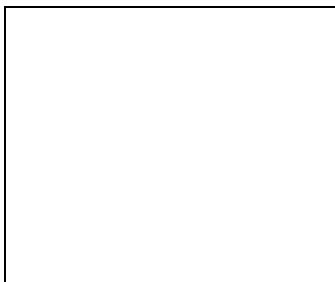
confidencial.

- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (83)8804-8351 com Mônica Barros da Nóbrega.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do Participante da pesquisa



ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP/UEPB



COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA/
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Prof.ª Dra. Doralúcia Pedrosa de Araújo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER DO RELATOR: (3)

Número do parecer: 20525513.5.0000.5187

Pesquisador: **Prof.ª Mônica Barros da Nóbrega.**

Data da relatoria: **09/09/2013**

Apresentação do Projeto: O Projeto é intitulado “ OS ATUAIS DIRECIONAMENTOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB”. O referido estudo será para elaboração do TCC de conclusão do Curso de Serviço Social oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba e terá como orientanda a Sra. Luciana Garcia de Souza. Este projeto de pesquisa tem por objetivo principal analisar as demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais implementadas pela Assistente Social da Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida (A.E.V.), no município de Campina Grande-PB, na tentativa de identificar a quais necessidades tais respostas estão atendendo, as demandas do capital ou as do trabalho. Para tanto, se faz necessário apreender a natureza da referida Associação, identificar o seu público alvo e desvendar as demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais. Trata-se de uma pesquisa de caráter documental, bibliográfico e de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. A amostra será composta por 01 assistente social e 16 usuários (as). A análise dos dados será realizada através de sucessivas aproximações, tomando como fundamentação teórico-metodológica o método crítico dialético. Espera-se que o proposto estudo contribua para enriquecer o debate na agenda profissional acerca da prática profissional frente às demandas e exigências postas na atualidade a profissão.

Objetivo da Pesquisa: O projeto tem como objetivo geral “Analisar as demandas postas ao Serviço Social e as respostas profissionais implementadas pela assistente social da Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida (A.E.V.), na tentativa de identificar a quais necessidades tais respostas estão atendendo, as demandas do capital ou as do trabalho”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios: **Riscos:** Apesar de tratar-se de uma pesquisa que envolve diretamente seres humanos, não vislumbramos a possibilidade de riscos, visto que, para a coleta e análise de dados, bem como para a divulgação dos seus resultados buscaremos seguir as recomendações éticas dispostas na resolução no 196 do Conselho Nacional de Saúde. **Benefícios:** Os benefícios a serem oferecidos com a realização da pesquisa se constituirão na possibilidade da produção de um conhecimento teórico acerca das demandas postas e respostas profissionais implementadas pela assistente social no exercício da profissão, o qual irá possibilitar uma reflexão crítica do fazer profissional visando uma atuação comprometida com o projeto ético político da profissão. Para os (as) usuários (as) e a população em geral, poderá contribuir para o conhecimento sobre o terceiro setor, na perspectiva de desocultar o real significado desse novo espaço. Tal espaço, na verdade, surge para assegurar aos indivíduos os direitos sociais (saúde, educação, assistência social, etc.) que deveriam ser garantidos pelo Estado

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: A presente proposta de pesquisa é de suma importância quanto papel e atribuições das Instituições de Ensino Superior (IES), mormente pesquisa (bem como extensão), estando dentro do perfil das pesquisas de construção do ensino-aprendizagem significativa, perfilando a formação profissional baseada na tríade conhecimento-habilidade-competência, preconizada pelo MEC. Portanto, tem retorno social, caráter de pesquisa científica e, contribuição na formação de profissionais do ensino superior da área da saúde, dentre outras áreas do saber científico, em nível de graduação, bem como a níveis de pós-graduação, seja *stricto* ou *lato sensu*.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios de acordo com a Res.466/12 do CNS/MS, estão presentes no projeto.

Recomendações: Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: Sem pendências.

Aprovado (x)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA/
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Prof.^a Dra. Doralúcia Pedrosa de Araújo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa